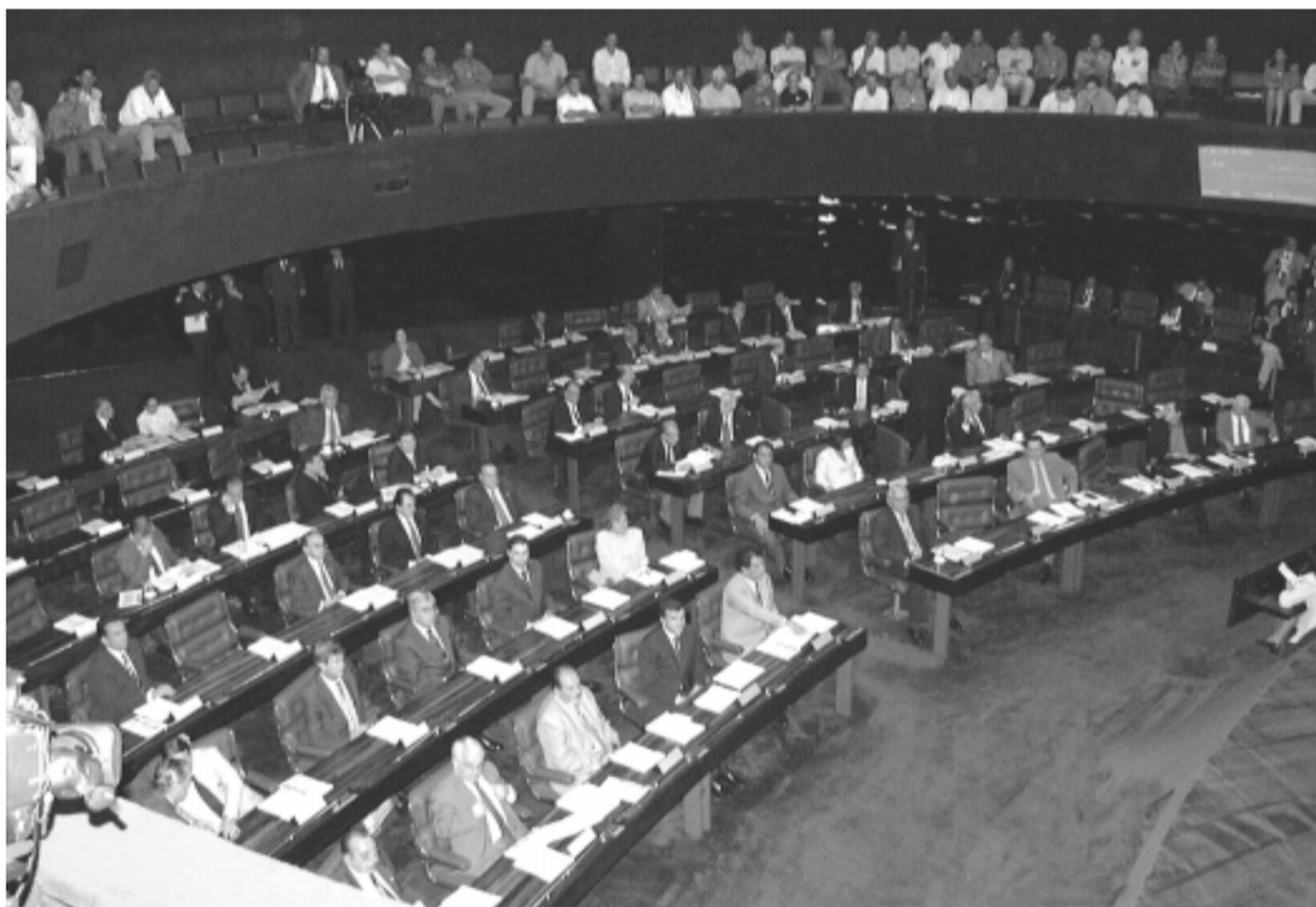


Senado aprova criação do Ministério da Defesa

Projeto de lei do Executivo, que recebeu 56 votos a favor, três contrários e uma abstenção, vai agora à sanção presidencial. Forças Armadas serão subordinadas ao novo órgão, mas cada uma terá um comandante



Senadores discutiram e aprovaram ontem projeto que reorganiza os órgãos de defesa do país

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do presidente da República que cria o Ministério da Defesa. O novo órgão será encarregado, além das tarefas militares, de implementar as ações do Plano Plurianual e planejar o perfil da defesa nacional.

De acordo com o texto, aprovado por 56 votos a favor, três contrários e uma abstenção, as Forças Armadas serão subordinadas ao ministro da Defesa. O presidente da República será assessorado, em relação ao emprego de meios militares, pelo Conselho Militar de Defesa, e nos demais assuntos da área militar, pelo ministro da Defesa.

PÁGINA 3

CAE elege Suassuna para presidente

PÁGINA 8

CPI DOS BANCOS

João Alberto pede que BC seja ressarcido dos prejuízos

Relatório preliminar sobre o caso Marka/FonteCindam, que será apresentado hoje à comissão, rejeita alegação de "risco sistêmico" para justificar venda de dólares aos dois bancos abaixo da cotação.

PÁGINA 7

Brasileiros e portugueses "sempre se unem", diz ACM

Presidente do Senado destacou a visita do presidente da Assembleia Nacional da República de Portugal e prometeu retribuí-la com sua participação na X Conferência de Presidentes de Parlamntos Democráticos Ibero-Americanos, de 17 a 19 deste mês, em Lisboa.

PÁGINA 3



Deputado Antônio de Almeida Santos foi recebido pelo senador Antonio Carlos Magalhães



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; *Requerimento nº 257/99, do senador Antero Paes de Barros, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 87/99, com o PLS nº 239/99, por versarem sobre a aplicação de recursos oriundos de privatizações; e *PDL nº 144/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos países-membros do Mercosul.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com a secretária de estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, com a finalidade de fornecer informações a respeito das ações de assistência social prestadas pelo MPAS. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro
Convidado: Procurador da República em Cascavel - PR, Celso Antônio Trés. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h - Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Mensagem nº 120/99, submete à apreciação do Senado o nome de Mércio Felsky, para ser membro do Conselho da Administrativo de Defesa Econômica - Cade; *PRS nº 58/99, que altera a redação do inciso IV do parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução nº 78/98, do Senado Federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial no processo criminal; *PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; e *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

ESPECIAL

- ▶ Quarta-feira (2.6.99)
12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: Elizabeth. Auditório Petrólio Portella

Emenda que define recursos para saúde pública pode ser votada hoje

Proposta de Antonio Carlos Valadares altera Constituição para fixar percentuais de receita que União, estados e municípios devem destinar ao custeio do Sistema Único de Saúde



Osmar Dias

Assistência social é tema de audiência na CAS

A secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Vanda Engel Aduan, participará a partir das 9 horas de hoje de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que é presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). Ela falará sobre as ações na área de assistência social que vêm sendo desenvolvidas pelo MPAS.

A Comissão de Assuntos Econômicos também se reúne hoje, às 10 horas, para apreciar a indicação do nome de Mércio Felsky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O plenário do Senado pode votar hoje, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem percentuais mínimos de verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual repassa dinheiro para hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público gratuito.

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu substitutivo do relator, o então senador Esperidião Amin, que fez pequena alteração na proposta original. De acordo com a mudança constitucional, a União terá de destinar ne-



Valadares pretende corrigir lacuna na Constituição, que não fixa percentual de receita para o SUS

cessariamente 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados aplicarão 12% des-

ses recursos e os municípios, no mínimo 10%, incluído até mesmo o dinheiro que recebem da União como transferência constitucional.

A Constituição determina que o SUS deve ser mantido pelos três níveis de governo, mas não fixa qualquer percentual de receitas para isso. No dia 18 de abril passado, o plenário chegou a discutir a emenda, mas o senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou requerimento adiando a discussão, ponderando que o assunto deveria ser melhor analisado, pois a emenda quer vincular receitas num momento em que os governos lutam exatamente contra tais vinculações. Agora, o assunto volta ao plenário.

CCJ aprecia projeto da reforma política

A pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê para hoje a análise de três projetos que constam da reforma política. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) propõe ampliação de prazo de filiação partidária. Proposta de emenda constitucional de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) suprime a reeleição para prefeitos. Por último, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) trata da escolha de locais de votação de mais fácil acesso aos eleitores deficientes físicos. Todas as matérias têm parecer favorável de seus relatores.

Outro ponto da pauta da CCJ é o projeto de lei do senador José Eduardo

Dutra que fixa normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), preparou parecer favorável na forma de substitutivo.

Também deverá ser analisado projeto estabelecendo normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas, testemunhas ameaçadas e acusados ou condenados que voluntariamente colaborem com a investigação policial e o processo criminal. O projeto é oriundo da Câmara dos Deputados e tem parecer pela aprovação do senador Romeu Tuma (PFL-SP).



Jorge Bornhausen é autor de projeto que propõe ampliação do prazo de filiação partidária

Luzia registra inauguração de parque gráfico de A Gazeta



Luzia Toledo destacou o compromisso do jornal com a democracia

A inauguração do parque gráfico do jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, foi saudada pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que esteve presente à cerimônia, juntamente com o governador José Ignácio. Para Luzia Toledo, este foi mais um marco significativo na trajetória do jornal, que "em

seus quase 71 anos de existência consolidou-se como um símbolo de credibilidade e uma referência positiva no dia-a-dia dos capixabas".

O novo parque industrial ocupa uma área de 6.800 metros quadrados e a aquisição da nova impressora permitirá que a produção do jornal alcance uma velocidade de 70 mil exemplares por hora, informou a senadora, que elogiou a nova programação visual, assinada pelo artista plástico Mário Garcia. Segundo Luzia Toledo, a transfor-

mação empreendida pelo jornal visa atrair parcelas mais jovens do público leitor.

A senadora frisou que, "em meio às profundas mudanças tecnológicas e sociais experimentadas no século que se encerra, o jornal soube se manter coerente com os princípios que o nortearam desde sua fundação, como o compromisso com a verdade, a justiça e a formação de uma opinião pública apta a defender os valores democráticos".

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova reorganização das Forças Armadas

Projeto que vai à sanção prevê que Marinha, Exército e Aeronáutica terão seus comandantes nomeados pelo presidente da República, mas subordinados ao Ministério da Defesa

Pesar pela morte do pastor Jaime Wright e de João do Pulo

Durante a Ordem do Dia, os senadores aprovaram dois requerimentos para inserir em ata voto de profundo pesar pela morte do pastor presbiteriano Jaime Wright, um dos coordenadores do projeto que resultou no livro *Brasil: Tortura Nunca Mais*, e do atleta João do Pulo, que, durante dez anos, foi o recordista mundial do salto triplo.

Autor do requerimento de pesar pela morte de Wright, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, em razão de sua intensa atuação em favor dos direitos humanos, o pastor merece ser incluído entre os principais líderes da luta pelo fim do arbítrio e pelo retorno do Bra-

sil à democracia.

No encaminhamento da votação, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que "a prática do amor pela vida, o compromisso com a causa da justiça e o enfrentamento da ditadura unem grandes líderes religiosos, como o pastor Jaime Wright, o cardeal d. Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel".

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento de pesar pelo falecimento de João do Pulo, falou da brilhante carreira do atleta. "Durante os oito anos em que participou de competições, ele foi tricampeão mundial, bicampeão pan-americano e oito vezes campeão brasileiro", lembrou o parlamentar.

Com 56 votos a favor, três contrários e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do Executivo criando o Ministério da Defesa. Segundo o projeto, além de tarefas caracteristicamente militares, o ministério será encarregado de implementar as ações do Plano Plurianual e planejar o perfil futuro da defesa nacional.

O projeto, que vai à sanção presidencial, dispõe que as Forças Armadas são subordinadas ao ministro de Estado da Defesa, e que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica disporão, singularmente, de um comandante, nomeado pelo presidente da República, para exercer a direção e a gestão da respectiva força.

Na votação da matéria, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou que o projeto de lei deveria ser votado após a proposta de emenda constitucional que trata das Forças Armadas, que aguarda deliberação na Câmara.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que, com a criação desse ministério, o Senado estava vivendo um



O plenário deu 56 votos a favor da criação do Ministério da Defesa e da nova organização das Forças Armadas

momento histórico. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que os que trabalharam pela redemocratização do país estão agora vivendo um momento especial.

Relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que se sentiu honrado no exercício dessa missão e afirmou que o projeto se explica

pela sua importância. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) também definiu o projeto como um avanço histórico.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que votou contra o projeto, afirmou que, em outras circunstâncias, consideraria a idéia de criação do Ministério da Defesa interessante, mas não diante da realidade de que o ministério ainda não existe na Constituição.

ACM presta homenagem ao presidente da Assembléia Nacional de Portugal



Acompanhado de senadores, Antonio Carlos Magalhães recebe o presidente da Assembléia Nacional de Portugal, Antônio de Almeida Santos

Durante homenagem ao deputado Antônio de Almeida Santos, presidente da Assembléia Nacional da República de Portugal, na sessão plenária de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães ressaltou a compreensão que os portugueses tiveram do processo de democratização do Brasil.

— Se a República portuguesa é jovem, as idéias portuguesas vêm de longe. E os portugueses souberam compreender os movimentos libertários brasileiros. Merecem os nossos respeitos os esforços para se fazer de Portugal uma democracia. Por mais diferenças que tenhamos, sempre nos unimos — afirmou o presidente do Senado.

As mútuas influências culturais de Brasil e Portugal também mereceram destaque no pronunciamento do senador. Ele lembrou a admiração dos brasileiros pela literatura de Fernando Pessoa e do mais recente Prêmio Nobel, José Saramago. Por outro lado, salientou Antonio Carlos, a obra do escritor baiano Jorge Amado "encantou os portugueses que desejavam liberdade".

Antonio Carlos também se referiu à trajetória de lutas do deputado Almeida Santos em defesa do estado de direito em Portugal, durante a ditadura que durou de 1926 a 1974.

— Sua vida de luta merece que todos tenham pelo deputado o respeito indispensável que o homem público necessita. E tenho certeza de que o deputado tem este respeito na sua terra e no Brasil — frisou Antonio Carlos Magalhães.

O senador disse que a exemplo do que acontece com ele ao presidir o Senado Federal, a presidência da Assembléia Nacional de Portugal representa o mais importante dos "muitos cargos ocupados por Almeida Santos".

Alcântara exalta a troca de experiências entre países

Ao saudar o presidente da Assembléia Nacional de Portugal, deputado Antônio de Almeida Santos, e uma delegação de parlamentares portugueses que visitam oficialmente o Brasil a convite do Senado, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem a importância da visita para a troca de informações e experiências entre as duas Casas Legislativas.

— Esta é uma oportunidade para estabelecermos intercâmbios mais frequentes entre as duas Casas e para pensarmos juntos questões políticas do nosso tempo que nos dizem respeito, como o fortalecimento da democracia e o seu aprimoramento como base fundamental de governo em nossos países e em nossos con-

tinentes — comentou Alcântara.

O senador destacou a trajetória e a luta política de Antônio de Almeida Santos, sobretudo sua participação na defesa da democracia e da liberdade. Ele lembrou que o atual presidente da Assembléia de Portugal foi um dos políticos que contribuíram para derrubar a ditadura portuguesa.



Lúcio Alcântara

Parlamentar destaca confiança dos portugueses no Brasil

Em pronunciamento feito no plenário do Senado ontem, o presidente da Assembléia Nacional de Portugal, deputado Antônio de Almeida Santos, manifestou sua confiança no futuro do Brasil. Ele acrescentou que os portugueses sentem orgulho de terem contribuído para a formação não só do país, mas do povo brasileiro.

Almeida Santos destacou que a confiança de Portugal no desenvolvimento brasileiro reflete-se no volume de recursos que os portugueses vêm investindo no país. O presidente da Assembléia disse que o aumento dos investimentos a cada ano deve-se sobretudo ao reconhecimento da capacidade da população brasileira.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi considerado pelo presidente do Parlamento português como um "homem de causas, de combates, de grande

coragem, determinação e extraordinário caráter". Antônio de Almeida Santos agradeceu pela distinção de ter sido convidado a usar a palavra durante a sessão.

— Estamos profundamente cativados pela honra que estamos recebendo. Estou emocionado. É um dos momentos altos da minha vida poder chegar ao Brasil e usar a palavra perante os senadores — agradeceu Antônio de Almeida Santos.

Em tom bem humorado, o presidente do Parlamento português disse que lamentava o fato de Antonio Carlos ainda não ter cumprido sua promessa de visitar a Câmara de Deputados de Portugal. Ele garantiu que quando o fizer, o presidente do Senado brasileiro receberá a mesma distinção concedida a Tancredo Neves quando eleito presidente, e será convidado a falar para os deputados.

Antonio Carlos participará de conferência em Lisboa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que sua participação na X Conferência de Presidentes de Parlamentos Democráticos Ibero-Americanos, que se realizará em Lisboa, de 17 a 19 de junho, faz parte dos esforços para intensificar as relações entre os Legislativos dos dois países.

Em entrevista concedida ao lado do deputado Antônio de Almeida Santos, presidente da Assembléia da República de Portugal, em visita oficial ao Brasil, a convite do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães ressaltou a importância do estreitamento dos laços com a nação portuguesa, às vésperas das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil:

— O deputado Almeida Santos é uma

das maiores figuras de Portugal, e vem ao Senado fazer ainda maior o intercâmbio entre nossos parlamentos. Em seu discurso, demonstrou seu amor ao Brasil, como também o amor que dedicamos a Portugal é muito grande — afirmou.

O visitante disse estar "comovido" e "orgulhoso" com a recepção que lhe foi dispensada, como representante do parlamento e do povo português, e ressaltou a importância de que Brasil e Portugal se apoiem mutuamente nos momentos difíceis.

Almeida Santos chegou ao Senado por volta das 15h30 e recebeu do presidente do Senado CDs com as gravações dos cinco primeiros programas produzidos pela Rádio Senado sobre os 500 anos do descobrimento.

Suplicy pede explicações para vistos a estrangeiros

Senador estranha que Ministério do Trabalho permita a importação de mão-de-obra num momento em que o desemprego cresce no país

Com a observação de que o índice de desemprego medido pelo Dieese na Grande São Paulo vem crescendo de forma alarmante, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento para que o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, explique por que o Brasil continua a conceder visto de trabalho para estrangeiros, "ao que tudo indica sem nenhum critério".

Argumentando que essas informações são da maior importância para se propor uma nova política de emprego para o país, o senador quer que o ministro liste o número de vistos concedidos a estrangeiros desde janeiro de 1995 e que registre esses dados por ano, profissão, nacionalidade, local de trabalho e função exercida.

Suplicy quer saber também quais os critérios utilizados para concessão de visto de trabalho. Conforme o senador, uma



Suplicy: enquanto o Brasil abre as portas para os estrangeiros, a Europa se fecha para os brasileiros

das justificativas do governo para a venda de estatais era que, além do aumento da eficiência, as empresas privatizadas proporcionariam maior oferta de postos de trabalho. O senador disse que está constatando o oposto do discurso oficial.

Eduardo Suplicy salientou que, enquanto o Brasil abre seu mercado para centenas de trabalhadores europeus, a Europa fecha as suas portas para os profissionais brasileiros. Ele esclareceu que não é contrário à contratação de estrangeiros, mas acha que os passos nessa direção devem ser dados com reciprocidade.

TV MANCHETE

O senador também levou a plenário a resposta que o Banco do Brasil lhe enviou para explicar a renegociação da dívida da TV Manchete com a instituição. O BB informa que seus direitos de credor continuam intactos e que, com a venda da emissora para outro grupo, ocorrida recentemente, poderá ser retomada a utilização de tais créditos, seja pela veiculação de publicidade e serviços próprios, seja pela renegociação junto a terceiros.

Osmar apóia manifestação em favor do Proálcool

Manifestação realizada ontem em frente ao Congresso Nacional e em assembleias estaduais, por produtores, fornecedores e trabalhadores do

setor sucro-alcooleiro, recebeu a solidariedade do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que registrou a frustração dos usineiros com o abandono do Proálcool. Segundo o senador, o setor emprega 2 milhões de trabalhadores em todo o país, sendo que no Paraná 80 mil famílias estão ameaçadas de desemprego.

Osmar Dias disse que esses 2 milhões de empregos estão em risco porque, entre outros motivos, o excesso de 2 bilhões de litros de álcool fez o preço cair, mas os distribuidores não repassaram a diferença para o consumidor, que continuou pagando o mesmo preço na bomba. Isso, de acordo com o senador, gerou lucros fabulosos para os distribuidores e desemprego nas usinas.



Osmar Dias lembrou que o setor sucro-alcooleiro emprega 2 milhões de trabalhadores

Maggi cobra do governo asfaltamento da BR-163

O senador Blairo Maggi (MT) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que cumpra a promessa feita há 25 anos pelo governo brasileiro de asfaltar a BR-163, no Pará. O senador disse que lá se encontram milhares de pessoas abandonadas, que se dirigiram para o local acreditando na promessa. Maggi destacou ter presenciado essa situação na caminhada, empreendida junto com o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), de Mato Grosso em direção ao Pará, que teve como objetivo chamar a atenção do governo federal para a criação de uma nova alternativa ao escoamento de grãos da produção agrícola de Mato Grosso.

O senador explicou que a BR-163 está a cerca de 600 a 800 quilômetros de distância do porto, o que levou as pessoas a acreditarem que, vivendo ali, logo poderiam progredir. Mas não foi isso que aconteceu, de acordo com Maggi.



Blairo Maggi exigiu do governo federal o cumprimento de promessa feita há 25 anos

– Elas foram simplesmente abandonadas pelos governos federal e estadual. Lá enterraram parte de sua juventude e de suas famílias vitimadas por doenças tropicais – afirmou o senador, frisando que o Brasil precisa resgatar a promessa que fez a elas há mais de 25 anos.

Jucá sugere construção de ponte entre Brasil e Guiana

Ao registrar a visita ao Brasil da presidente da Guiana, Janet Jagan, que esteve em reunião de trabalho na semana passada com o presidente Fernando Henrique, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) propôs ontem ao governo que se implemente a construção da ponte que liga o Brasil à Guiana através da BR-401. Segundo o senador, essa ponte faz parte de um acordo internacional que precisa ser cumprido pelo governo brasileiro e que ampliará a integração do Brasil com aquele país. Jucá fez constar também de seu pronunciamento o discurso na íntegra da presidente da Guiana.

Para o senador, Janet Jagan, em sua passagem pelo Brasil, registrou a importância da decisão política de buscar um intercâmbio maior entre os dois países. A Guiana apóia, disse a presidente, "inteiramente a preocupação do Brasil de

que os interesses dos setores menos avançados da sociedade devam ser protegidos contra os efeitos negativos dos programas de reajuste econômico", citou o senador para ressaltar o saldo positivo da visita de Janet Jagan.



Romero Jucá registrou o saldo positivo da visita da presidente da Guiana ao Brasil

Iris alerta para endividamento de agricultores

Os pequenos agricultores vivem uma situação dramática, afirmou o senador Iris Rezende (PMDB-GO) ao fazer um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela renegociação da dívida contraída pelo setor rural junto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Os agricultores pedem juros fixos de 3% ao

ano; redutor de 50% no saldo devedor e prazo para pagamento de até dez anos a partir da atual negociação, segundo o senador.

Ele anunciou que uma comitiva de agricultores encontrava-se no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

O senador salientou que esse segmento foi o único "que agüentou o tranco da crise", crescendo 17,8% no primeiro trimestre de 1998, mas observou que agora a política "inaceitável" de juros altos torna inviável a quitação dos financiamentos contraídos. Ele afirmou que o FCO, criado com o objetivo de ajudar a corrigir as desigualdades sociais e regionais, transformou-se "no mais implacável dos credores dos pequenos agricultores".



Iris Rezende

Senadores prestam homenagem a Jatene

A aposentadoria compulsória, aos 70 anos, do professor e médico cardiologista Adib Jatene foi tema de homenagem feita ontem pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que recebeu apertes de apoio de vários senadores. Segundo Piva, Jatene deixa a cátedra de medicina e a direção do Instituto do Coração (Incor). O senador lamentou que a administração pública esteja perdendo um profissional de tanta qualidade por força da lei que impõe a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade. "O professor Adib Jatene entra na compulsória, mas continuará prestando serviços ao país", afirmou.

Piva observou que o Incor atingiu o *status* de centro internacional de cirurgias coronárias graças ao trabalho de três pessoas: os professores Zerbini, Adib Jatene e Fúlvio Pilagi. O senador lembrou ainda que o Incor tem um índice de sobrevivência de seus pacientes que chega a 96% e que já está em curso um plano de expansão da instituição que a colocará acima de Cleveland, reconhecido centro de tratamento na área cardiológica.

Piva ressaltou que Jatene foi o responsável pelo salvamento de várias vidas que ocupam cadeiras no Senado Federal. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), um dos operados por Jatene, ressaltou que foi atendido pelo cirurgião em plena madrugada, e "estou vivo graças a ele".

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que as homenagens aos grandes homens deveriam sempre ser feitas quando ainda estão vivos, e não depois de sua morte, e destacou o "sentimento patriótico admirável" de Jatene. Edison Lobão (PFL-MA) observou que Jatene,



Pedro Piva diz que Jatene entra na compulsória mas continuará prestando serviços ao país

além de grande médico, é um grande administrador público. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) considerou anacrônica a lei que aposenta compulsoriamente pessoas que ainda estão com plena capacidade produtiva. Leomar Quintanilha (PPB-TO) classificou Jatene como "profissional competente e extraordinário homem público".

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que Jatene é um "verdadeiro cientista". Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou o entusiasmo do médico, enquanto Heloisa Helena (PT-AL) lembrou que, quando um ministro da Administração atacava os funcionários públicos, Adib Jatene teve a coragem de afirmar em público que tudo o que ele aprendeu devia ao serviço público. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a homenagem prestada por Pedro Piva era mais do que justa. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que Jatene é um idealista e um profissional muito competente.

CCJ aprova quatro indicações para o STJ

Juizes indicados para o Superior Tribunal de Justiça questionam constitucionalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas reconhecem que ela é uma “alavanca” para implementar profundas reformas no Poder Judiciário

Em reunião extraordinária realizada ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou mensagens do presidente da República indicando os nomes de quatro novos ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Entre os indicados está Eliana Calmon Alves, que deverá ser a primeira mulher a ocupar o cargo de ministro de tribunal superior. Os outros três são Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Paulo Benjamin Fragoso Gallotti. A matéria segue para o plenário.

A exceção de Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, os indicados reconheceram que, mesmo considerando inconstitucional a instalação da CPI do Judiciário, “ela passou a ser uma alavanca para a realização de reformas mais profundas na Justiça”, como resumiu Eliana Calmon Alves. Ela ressaltou que, apesar de antes terem havido tentativas no âmbito do próprio Judiciário para aperfeiçoar esse Poder, “elas foram obstaculizadas por lobbies poderosos”.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) discordou do ponto de vista dos magistrados quanto à questão da constitucionalidade da CPI. Segundo ele, a comissão não fere a Constituição porque não quebrou a harmonia entre os Poderes e, principalmente, “porque não atenta contra o Judiciário”.

Durante a sabatina que sucedeu as exposições dos indicados, o senador Ro-

berto Requião (PMDB-PR) solicitou que eles dissessem o que pensam sobre a CPI do Judiciário, bem como a respeito de projeto de sua autoria que propõe a criação do Conselho Nacional da Magistratura. Ele esclareceu que sua proposta se inspirava em modelo semelhante adotado, com sucesso, pela Argentina, para a fiscalização externa do Judiciário.

O juiz Paulo Benjamin Gallotti disse que a criação do Conselho Nacional da Magistratura “peca pela forma”, porque, segundo o projeto, o órgão incluiria membros de fora da estrutura do Judiciário. No entanto, no que se refere à sua competência, afirmou estar de acordo. Esta também foi a opinião dos demais indicados. Eliana Calmon, inclusive, observou que “o controle hoje existe” através da Ordem dos Advogados do Brasil, da Corregedoria e do Ministério Público, “mas não funciona”.

Ainda com relação à autonomia do Judiciário, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) comentou que, em recente episódio, um juiz do Tribunal de Justiça do Acre concedeu *habeas corpus* a um desembargador que não queria comparecer a uma CPI que está em andamento na Assembleia Legislativa daquele estado. Ele quis saber como se comportariam os indicados se fossem aconselhados a não comparecer à CPI do Judiciário. Os quatro afirmaram que compareceriam.



Agripino Maia presidiu a reunião em que foram sabatinados os juizes Galotti, Eliana, Falcão Neto e Scartezzini

Juizes defendem controle externo do Ministério Público

Provocados pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) para opinarem sobre o tema, os quatro indicados se manifestaram a favor do controle externo do Ministério Público. Paulo Gallotti defendeu a criação de um Conselho Nacional da Administração da Justiça, inclusive com poderes para investigar o Ministério Público. Jorge Scartezzini chamou atenção para a necessidade de os procuradores receberem melhor preparo antes de assumirem suas funções.

— Um bacharel em Direito novo, com 23, 24 anos, praticamente sem experiência, apesar de inteligente e preparado, caso seja aprovado em um concurso para procurador, pode, por meio de uma liminar, paralisar a vida pública do país — alertou.

A criação de uma escola preparatória foi apontada por Eliana Calmon Alves como a melhor maneira de evitar que ocorram equívocos na atuação do Ministério Público, por inexperiência dos seus integrantes. Os demais magistrados concordaram sobre a necessidade de experiência prévia de pelo menos cinco anos para que alguém se torne procurador.

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) considerou que a indicação de Eliana Calmon Alves representa um “avanço” e

perguntou se, na condição de ministra, ela lutaria para que as mulheres continuem a ter acesso àquele tribunal. “Naturalmente”, disse a juíza. Ela ressaltou que sua luta é pela igualdade de oportunidades e não para “proteger” as mulheres, porque “uma sociedade que protege as mulheres as torna fracas”.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), e o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que o substituiu na presidência dos trabalhos, fizeram questão de registrar a grande contribuição dos juizes para a elaboração do relatório final da CPI do Judiciário. “Vossas Excelências trouxeram importantes subsídios para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário”, afirmou Agripino.

Também participaram da sabatina os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Iris Rezende (PMDB-GO). Este último aproveitou para informar que uma comissão especial formada pela procuradoria do estado de Goiás concluiu que não houve “desaparecimento” de parte do processo que foi instaurado para investigar a participação de seu irmão em suposta utilização irregular de recursos da Caixa Econômica daquele estado, como havia sido denunciado.

Dutra e Suplicy estranham representação

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) revelou, durante a sabatina dos quatro juizes, ter recebido cópia de representação para investigação de paternidade contra Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, um dos indicados, movida pela procuradora regional de Pernambuco.

Apesar de Falcão Neto já haver se referido ao episódio durante sua exposição na CCJ, o senador o questionou sobre as razões para não se submeter a um exame de DNA, e assim esclarecer os fatos.

— Se um fato como esse acontecesse

comigo e eu estivesse com a consciência limpa, já teria providenciado o exame — afirmou Dutra.

Falcão se disse vítima de uma armadilha por parte de Amanda Figueiredo, “que é uma procuradora desequilibrada”. Ele afirmou que no início da década de 70 ela foi internada duas vezes para tratamento psiquiátrico.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Carlos Wilson (PSDB-PE) e José Jorge (PFL-PE) saíram em defesa de Falcão. Para Alcântara, o assunto levantado por

Dutra não se enquadrava nos objetivos da reunião. “Quanto ao exame de DNA, isso fica a critério de cada pessoa”, ponderou José Jorge. Ao final da reunião, que durou cerca de quatro horas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao juiz como considerava uma pessoa que, depois de internada por distúrbios psíquicos, recebesse alta. Falcão admitiu que a teria na conta de “recuperada”. Para Suplicy, isso significa que a procuradora não poderia ser “desqualificada como pretendeu o acusado”.

Ademir propõe divulgação de repasses federais

As assembleias legislativas poderão vir a ser notificadas das liberações de recursos federais, se for aprovado projeto de lei apresentado ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Segundo a proposta, os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais ficariam obrigadas a notificar as respectivas assembleias legislativas ou à Câmara Legislativa do Distrito Federal de toda liberação de recursos financeiros no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data em que ela ocorreu. O projeto prevê que os partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais também serão informados sobre os repasses. Ademir disse que a proposta democratiza a informação e facilita a fiscalização da aplicação dos recursos.



Ademir Andrade: democratização da informação

ACM diz que Estevão só sai da relatoria se PMDB quiser

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reagiu às pressões para substituir o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) na relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ressaltando que as denúncias de envolvimento do parlamentar no caso da construção do prédio do TRT de São Paulo ainda não foram apuradas. ACM garantiu que a CPI do Judiciário vai examinar todos os fatos, de forma “imparcial e rigorosa”.

— O Senado não aceita pressões: enquanto o PMDB não sustar a indicação, ele será o representante da Casa. É preciso não prejudicar, até porque ele não foi condenado, e refutou as provas levantadas sobre telefonemas. Agora temos que examinar o resto. O Senado não vai facilitar, nem para senador nem para quem quer que seja. Todos são iguais perante a lei — afirmou.

Antonio Carlos revelou ter aconselhado

Luiz Estevão a procurar a CPI espontaneamente. “Eu dei este conselho a ele: quem não tem culpa se apresenta para depor. Mas, se ele não se apresentar, e existirem dados suficientes, a CPI o chamará. Acho que ele terá interesse de se apresentar, pois está com provas que invalidam muitas das acusações”, disse.

Para ele, o fato de Luiz Estevão ter relações com o juiz Nicolau dos Santos Neto nada prova, desde que os contatos não se refiram à construção do fórum trabalhista.

— Tem que haver o cruzamento de cheques e outras investigações, e isso a CPI vai fazer, e se houver indícios de culpa agrá rigorosamente. Mas não se pode incriminar sem que as provas sejam evidentes. Ele tem o direito de se defender — disse, sugerindo que a mídia “seja mais neutra” enquanto o assunto não seja esclarecido.

Emilia passa a integrar fórum

Ao registrar sua participação no V Encontro do Fórum de Mulheres do Mercosul, ocorrido de 23 a 25 de maio, em Montevidéu (Uruguai), a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) anunciou que passou a integrar a direção regional do fórum, na qualidade de representante política do Brasil. Ela acrescentou que o VI encontro da entidade será realizado no Bra-

sil, no próximo ano.

Participaram do encontro, segundo ela, cerca de 250 mulheres empresárias, políticas, sindicalistas e educadoras dos quatro países que integram o Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A delegação brasileira, presidida pela deputada Maria Elvira Ferreira, de Minas Gerais, foi integrada por 20 mulheres.

Pedido de vista adia decisão sobre precatórios

Decreto do governo de Pernambuco que declarou nulas emissões de títulos e anúncio do Banco Central de que o estado passa a ser considerado inadimplente levam CCJ e CAE a conceder mais cinco dias para análise da matéria

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), reunidas em sessão conjunta na noite de ontem, decidiram pela concessão coletiva de vista do projeto que permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios e que tiveram sua negociação suspensa pela CPI que investigou o assunto em 1997. Os senadores terão cinco dias para analisar a matéria.

O pedido de vista foi feito pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que alegou o surgimento de um fato novo relacionado ao assunto. Jader se referia ao decreto do governo de Pernambuco que declarou nulas emissões de títulos para pagamento de precatórios. A decisão do governador Jarbas Vasconcelos fez com que o Banco Central declarasse a inadimplência do estado.

— O assunto é complexo e envolve tanto os adquirentes dos títulos que agiram de má fé, quanto os de boa fé. Temos que examinar todas as conseqüências antes



Diante de "fato novo" relacionado com os precatórios, comissões adiaram a decisão

de decidir — justificou o líder do PMDB.

O relator da matéria na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS), que havia se manifestado pela transferência dos títu-

los para a União, apoiou a iniciativa de Jader. "Meu relatório não levou em conta ato do governador de Pernambuco, divulgado nesta terça-feira", explicou. De

acordo com o parecer de Fogaça, a União depositaria o valor dos títulos em juízo e os credores só poderiam receber depois de decisão da Justiça. "Tenho certeza de

que só o Judiciário poderá dar o deslinde a esta matéria", argumentou.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou a decisão do Banco Central. "Que interesse teria o BC em dizer que Pernambuco é inadimplente? Será que a promiscuidade (entre setores público e privado) se apresenta agora contra um ente da Federação?", questionou. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou opinião semelhante.

— Armínio Fraga (presidente do BC) abusou da tolerância da sociedade brasileira. O Senado não pode abrir mão da sua prerrogativa constitucional de rever as suas resoluções — defendeu Requião.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento na CAE propondo o sobrestamento da matéria até que o Banco Central informe as posições atuais dos títulos emitidos irregularmente, além da relação de todas as operações feitas com esses papéis em 1998 e 1999 e o nome das corretoras que os negociaram.

Comissão de Infra-Estrutura fará balanço da atuação das teles

Foi aprovado por unanimidade na noite de ontem, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), requerimento apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) solicitando que sejam convidados o deputado estadual Gilmar Tato (PT-SP), um representante da Federação Nacional dos Telefônicos (Fitel) e o jornalista econômico Aloysio Biondi, para, em audiência pública, fazerem um balanço sobre o primeiro ano da privatização do sistema Telebrás, do ponto de vista do usuário.

Segundo a senadora, que também preside a Comissão de Infra-Estrutura, a audiência pública poderá ser realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle. Ela adiantou que já manteve contato nesse sentido com o presidente da comissão, senador Romero Jucá

(PSDB-RR).

Antes de submeter seu requerimento a apreciação, Emilia lembrou que a Comissão de Infra-Estrutura já havia aprovado, em reunião anterior, convites ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para tratar do mesmo assunto. A proposta da senadora era de que os cinco convidados fossem ouvidos em um único dia, mas a decisão sobre a rea-

lização de uma ou duas reuniões sobre o assunto foi adiada.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também aprovou parecer do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), favorável a projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no Rio

Paranaíba, no estado de Goiás, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. A matéria ainda será apreciada em plenário.

De acordo com o senador Gerson Camata, a inclusão dos dois portos no Plano Nacional de Viação, embora não seja suficiente para assegurar sua efetiva implementação, constitui condição legal obrigatória para abrigar "futura e legítima reivindicação de recursos orçamentários que permitam a execução dos empreendimentos".

Parecer do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), pelo arquivamento de projeto da Câmara que trata da apreensão de animais nas rodovias e faixas de domínio, também foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A justificativa do relator é de que a matéria, que havia recebido parecer semelhante na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é disciplinada pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Roraima poderá ter estradas federalizadas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes aprovou ontem substitutivos da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), a dois projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propondo a federalização de estradas localizadas no estado de Roraima. De caráter terminativo, a matéria entrará na pauta da comissão na próxima semana para votação em turno suplementar.

Os dois projetos aprovados estabele-

cem que a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal passará a incluir, na seção relativa a ligações, as rodovias BR-431 e BR-432. No primeiro, a futura rodovia federal adotará o traçado previsto para uma rodovia estadual de Roraima, a RR-480, compreendendo o trecho que vai de Jundiá até Santa Maria do Boiaçu.

Já a BR-432 compreenderá o trecho que vai do entroncamento das BRs 174 com a 210, em Novo Paraíso, até a rodovia BR-401, que liga Boa Vista à Guiana. Marluce

Pinto explicou que, se as duas estradas não forem federalizadas, o governo do estado não terá condições de concluí-las. Mozarildo Cavalcanti também defendeu a aprovação do projeto de sua autoria.

Participaram da reunião os senadores Gerson Camata (ES) e Marluce Pinto (RR), do PMDB; Mozarildo Cavalcanti (RR) e Maria do Carmo Alves (SE), do PFL; Roberto Saturnino (RJ) e Antonio Carlos Valadares (SE), do PSB; Luiz Pontes (PSDB-CE), Emilia Fernandes e Geraldo Cândido (PT-RJ).

Freire critica BC por declarar inadimplência de Pernambuco

Classificando o fato como muito grave, o senador Roberto Freire (PPS-PE) protestou ontem, em plenário, contra a decisão do Banco Central de classificar o estado de Pernambuco como inadimplente junto ao sistema financeiro nacional, impedindo-o de ter acesso a operações de crédito em banco privado ou público.

Conforme Freire, o BC tomou essa decisão porque o governo do estado anunciou que não resgataria os títulos emitidos para pagar precatórios que venciam ontem. O senador explicou que o governo de Pernambuco tomou a decisão de decretar a nulidade dessas letras financeiras como unidade federativa soberana.

"É um ato próprio de um ente federati-

vo, que pode ser questionado pela Justiça do Brasil. Não sei se o Banco Central é competente para tomar a decisão que tomou", afirmou.

Dizendo que queria protestar contra a atitude da instituição, ele indagou: "o BC está defendendo o interesse de quem? Do Bradesco? Do público?" Conforme Freire, com essa atitude o BC revela "sua verdadeira face".



Roberto Freire indaga a quem o BC está defendendo



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
Resultado: Aprovado. Sim: 56. Não: 3. Abstenção: 1. À sanção.

2

Requerimento nº 245, de 1999. Senador Paulo Hartung — Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 29 e 39, de 1999, por versarem sobre critérios de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios.
Resultado: Aprovado. As PECs nºs 29 e 39, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à CCJ.

3

Requerimento nº 246, de 1999. Senador Geraldo Cândido — Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.
Resultado: Aprovado. O PLS nº 165, de 1999, vai à CI e, posteriormente, à CE, em decisão terminativa.

4

Requerimento nº 247, de 1999. Senador Antero Paes de Barros — Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1999, de sua autoria, que acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).
Resultado: Aprovado. O PLS nº 299, de 1999, vai ao Arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



João Alberto quer ressarcimento ao BC

Relator da CPI do Sistema Financeiro propõe que ex-diretores do Banco Central e controladores dos bancos Marka e FonteCindam paguem os prejuízos causados pela venda de dólares abaixo da cotação

Comissão ouve procurador que investiga remessas ilegais

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro ouve hoje, a partir das 10h, o depoimento do procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, que falará sobre o funcionamento das contas CC-5 do Banco Central, usadas para remessa de dinheiro ao exterior. O procurador analisou cerca de 20 mil dessas contas, investigando "lavagem" de dinheiro do tráfico de drogas e do contrabando, conforme a revista *Veja*.

Em seu trabalho, Celso Antônio Três identificou mais de 300 pesso-

as usadas como "laranjas" pelos verdadeiros donos do dinheiro, que queriam se manter no anonimato.

A CPI já pediu a quebra de sigilo de todas as remessas feitas pelas CC-5 e a documentação será analisada junto com auditores da Secretaria da Receita Federal. O objetivo é verificar se todas as pessoas e empresas que enviaram dinheiro para o exterior informaram tais operações em suas declarações de rendimentos e se seus patrimônios são compatíveis com os valores remetidos para outros países.

No relatório preliminar que vai apresentar hoje à CPI do Sistema Financeiro, o senador João Alberto (PMDB-MA) propôs que o Banco Central seja ressarcido – por parte de sua ex-diretoria e pelos controladores dos bancos Marka e FonteCindam – da venda de dólares aos dois bancos a preços abaixo da cotação.

O relatório vai considerar que não existia "risco sistêmico" de quebra de bancos caso o BC não vendesse os dólares nos dias 14 e 15 de janeiro, vésperas da flutuação cambial. "Foi uma operação irregular e, por isso, o Banco Central deve ser ressarcido dos prejuízos", afirmou João Alberto, em entrevista à imprensa. O Banco Central teria tido um prejuízo superior a R\$ 1,5 bilhão com as operações, segundo cálculos de alguns senadores.

Questionado por jornalistas, o relator observou que, se os ex-diretores e os banqueiros têm ou não dinheiro para o ressarcimento, "é um problema deles". E acrescentou que



João Alberto apresenta relatório preliminar dizendo que não havia "risco sistêmico"

os ex-diretores "não agiram como bons funcionários da União. Chegaram ao ponto de tomar uma decisão tão importante sem consultar seu chefe, o ministro Pedro Malan, e agora devem responder por isso", acrescentou João Alberto.

O relator mantém sua intenção de não tipificar os crimes cometidos pela ex-diretoria do Banco Central e pelos donos do Marka e do FonteCindam. "Isso compete ao Ministério Público", assinalou. João Alberto também não pretende colocar no relatório os nomes dos ex-diretores do BC que seriam responsáveis pela venda dos dólares, mencionando apenas a expressão "ex-diretores". Explicou que nos depoimentos tomados, tanto pela CPI quanto pela Polícia Federal, existem contradições entre os ex-diretores sobre quem seria o responsável pela venda dos dólares a preços favorecidos ao Marka e ao FonteCindam.

Também em entrevista à imprensa, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento que criou a CPI, evitou comentar o conteúdo do relatório que João Alberto apresentará hoje. "O relator apresenta sua visão e o parecer final é dos senadores que integram a CPI", assinalou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: O sono – 2ª parte
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: remo
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: O sono – 2ª parte
7h5 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre o modelo econômico brasileiro, frente ao debate colocado entre a tese desenvolvimentista e a tese monetarista
9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após – CPI dos Bancos (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Constituição e Justiça (gravada)
20h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre o modelo econômico brasileiro, frente ao debate colocado entre a tese desenvolvimentista e a tese monetarista
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Agenda Econômica* – Reapresentação do

programa sobre Orçamento Público

21h55 – *Senado em Pauta*

22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Telefonemas apontam relações com Macrométrica

A análise parcial de 112 mil ligações feitas em centenas de telefones que tiveram sigilo quebrado pela CPI dos Bancos "revela que havia uma relação entre o Banco Central, a Macrométrica e o Banco Marka", declarou em entrevista à imprensa a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). Ela foi encarregada pelo relator da CPI de examinar toda a documentação referente à quebra de sigilo telefônico.

Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, foi sócio oficial da Macrométrica até assumir uma diretoria do BC. A CPI descobriu que uma se-

cretária do Banco Marka tinha telefone celular em seu nome, mas o aparelho era usado pela direção do banco "em certas ocasiões", especialmente em ligações para o Banco Central, informou a senadora. A mulher de Sérgio Bragança, sócio da consultoria Macrométrica, também tinha um telefone e a quebra de sigilo mostrou que ele foi usado em chamadas para o Banco Central na noite em que o Marka pediu socorro ao BC para



Emilia Fernandes

não falir. Esse telefone está instalado em Búzios (RJ), cidade turística.

A equipe que trabalha com Emilia Fernandes detectou telefonemas para a Suíça, Bélgica e EUA feitos de aparelho que pertence a Sérgio Bragança. A Polícia Federal já havia encontrado no apartamento de Francisco Lopes uma declaração, assinada por Sérgio Bragança, em que ele afirma que Lopes é dono de US\$ 1,6 milhão depositados em contas no exterior.

CPI não tem poder para declarar nulidade, diz senador

"A CPI não tem poder para declarar a nulidade" das operações de venda de dólares do BC para os bancos Marka e FonteCindam, disse ontem o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), integrante da comissão de inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro. Em entrevista, ele afirmou que o pedido de anulação só pode ser feito pelo Ministério Público, em ação na Justiça.

– A CPI não determina nenhum ressarcimento ou nulidade de contrato. A CPI investiga, levanta fatos e envia tudo ao Ministério Público, que tem poderes para pedir à Justiça a punição de culpados – acrescentou.

Eduardo Siqueira Campos foi encarregado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), de analisar todos os extratos bancários de pessoas

que tiveram sigilo bancário quebrado pela comissão de inquérito.

No início da noite de ontem, o relator fez uma reunião com os senadores encarregados da análise de documentos obtidos com a quebra de sigilo. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) examina ligações telefônicas e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) trabalha com declarações de renda.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Geraldo Cândido repudia agressão à Iugoslávia

O fim dos bombardeios à Iugoslávia, o retorno das populações albanesas sob proteção das Nações Unidas, a retirada das forças sérvias de Kosovo e a retomada das negociações com vistas a uma solução pacífica do conflito voltaram a ser defendidos pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Para ele, o repúdio à agressão contra a Iugoslávia não diz respeito apenas aos sérvios, mas sim a todos os que desejam construir um mundo livre de guerras.

– O ataque à Iugoslávia aparece na sua inteireza como manifestação do desprezo ao Direito Internacional por parte da "globalização" norte-americana. Para consolidar a hegemonia nos campos econômico, comercial e político, a "globalização" norte-americana quer completá-la nos campos estratégico e militar, afirmando seu direito de atuar como polícia do mundo e intervir onde lhe aprouver, sem dar satisfações – afirmou.

Geraldo Cândido – que em abril apre-



Cândido pede fim dos bombardeios e a solução do conflito

sentou requerimento para que o Senado adotasse um voto de repúdio às ações militares desenvolvidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Iugoslávia – é de opinião que não se

pode apoiar Milosevic e a sua política de "limpeza étnica" contra os kosovares. Mas indagou: "É possível acreditar na boa fé e na pureza de propósitos da OTAN e dos Estados Unidos?"

Ney Suassuna é o novo presidente da CAE

Eleito por unanimidade, senador paraibano anuncia criação de subcomissões destinadas a verificar as dificuldades das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e subsidiar a ação do Senado e do governo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem novo presidente. É o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), eleito por unanimidade ontem de manhã. Dezesesseis senadores estiveram presentes à reunião de votação. Suassuna, único candidato ao cargo, substituiu Fernando Bezerra (PMDB-RN), novo líder do governo no Senado.

— Vou me empenhar para que a Comissão de Assuntos Econômicos brilhe no Senado — disse Suassuna logo após ser eleito. Ele anunciou a convocação para hoje de uma reunião extraordinária da comissão destinada a analisar a indicação de Mércio Felsky para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Empresário, economista, administrador e pedagogo, Ney Suassuna disse que irá cumprir o mandato de presidente da CAE “de forma eficiente e que venha a orgulhar os companheiros do PMDB”, responsáveis por sua indicação. Ele informou que pretende criar subcomissões “destinadas a verificar as dificuldades das

regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, ou seja, fazer cumprir as normas vigentes”, bem como auxiliar o governo no desempenho de suas funções.

Suassuna, que exerce o seu segundo mandato de senador, já presidiu a Comissão Mista de Orçamento, foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei de Patentes e da nova lei do Imposto de Renda, entre outras.

Ao deixar a presidência da comissão, o senador Fernando Bezerra lamentou que tenha sido curta a sua permanência à frente da CAE.

— Embora com um pouquinho de saudade, saio feliz ao ver que a comissão será presidida por um grande senador — ressaltou Fernando Bezerra, para quem Suassuna é capaz, competente e possui uma visão de conjunto do país.

Fernando Bezerra afirmou que aceitou a indicação para a liderança por entender que “este é um governo íntegro, moralmente inatacável”, e que o presidente Fernando Henrique Cardoso “é um homem sério”.



Os senadores votam na CAE e, por unanimidade, confirmam o nome de Ney Suassuna. Novo presidente convoca para hoje reunião extraordinária destinada a votar nome de conselheiro do Cade

Bezerra presidiu comissão em período de muitas atividades

Durante os três meses e sete dias em que foi presidida pelo senador Fernando Bezerra, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi palco de debates e decisões que atraíram a atenção de todo o país. Nesse período, ocorreu a escolha do novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em sessão que durou nove horas. Fraga



Bezerra presidiu sabatina de Armínio Fraga para o BC

comandou o curso do banco para as pequenas, médias e grandes empresas.

A CAE aprovou também várias propostas relevantes, como o projeto de lei complementar que restringe as despesas com pessoal no âmbito federal em 50% das receitas líquidas da União; a contratação de crédito externo, junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 983,09 milhões; apoio creditício no valor de US\$ 1,2 bilhão para as pequenas e médias empresas e a aprovação do acordo com a Alemanha para despoluição do rio Tietê, em São Paulo.

Ainda sob a presidência de Fernando Bezerra, a comissão aprovou incentivos a empresas que publicarem fotos de crianças desaparecidas; a dedução no Imposto de Renda dos gastos com trabalhadores domésticos e, entre outros, a aprovação de nomes para o Cade e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Melo diz que modelo econômico passa pela “crise da puberdade”

O modelo econômico brasileiro frente às teses desenvolvimentista e monetarista — este é o tema da entrevista do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 8h30 e 20h30. Para o senador, esse é um falso dilema porque, dentro do cenário brasileiro, essa discussão foi travada cinco anos atrás quando se fez a opção pelo Plano Real.

— O caminho para buscar a estabilidade foi percorrido, a consolidação desse projeto está passando por aquilo que a gente poderia chamar a crise da puberdade — afirma Geraldo Melo na entrevista.

Tebet festeja primeiro trecho da Ferronorte

A inauguração do primeiro trecho da Ferronorte, ocorrida na última segunda-feira, no município de Chapadão do Sul (MS), foi festejada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que estranhou a pouca repercussão do evento na imprensa brasileira. “Uma obra dessa envergadura, e a inauguração passa quase despercebida”, reclamou o senador. Ramez Tebet destacou a coragem e a audácia do empresário Olacyr de Moraes, responsável pela viabilização da obra.

Tebet explicou que o trecho ferroviário foi inaugurado com a partida de

120 vagões carregados com seis mil toneladas de soja, em direção ao porto de Santos. Com 310 quilômetros de extensão, o trecho liga Chapadão do Sul a Santa Fé do Sul (SP), onde se interliga à rede da Fepasa.

— Vimos um sonho tornar-se realidade. Agora, falta só que o crédito para quem planta seja mais

acessível e mais barato. Ainda há um punhado de brasileiros que acredita no



Ramez Tebet afirmou que agora só falta crédito à agricultura

desenvolvimento do país — afirmou Tebet.

O senador Blairo Maggi (MT), que também esteve presente à solenidade de inauguração, disse que a pouca repercussão na imprensa demonstra como é difícil as notícias boas superarem a disseminação das notícias ruins. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com Tebet

na necessidade de crédito barato para os agricultores.

Eduardo defende aval a projeto do Tocantins

O aval da União para a obtenção de financiamento destinado a implementar o Projeto Rivolli, que prevê a construção de 1.300 quilômetros de rodovias e mais de 170 pontes no estado do Tocantins, foi pleiteado ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Segun-



Eduardo Siqueira Campos: projeto respeita ecologia

do ele, o projeto será financiado por bancos italianos e já obedece às diretrizes do estudo que mapeou reservas ecológicas e determinou a vocação do estado para a agricultura, visando à utilização mais racional dos recursos naturais disponíveis.

Eduardo lembrou que o Tocantins tem crescido

mais que os outros estados brasileiros graças à opção de incentivar o desenvolvimento planejado. De acordo com o senador, a média nacional de crescimento do Produto Interno Bruto dos outros estados é de 2,8%, enquanto o Tocantins apresenta crescimento de 7,8%. “Até mesmo na questão do pagamento de funcionários públicos, optamos por não viver às custas da União”, afirmou.

Iris quer reduzir carga tributária sobre produtos agropecuários

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou a importância da Expo-Goiás, exposição agropecuária realizada em Goiânia no mês de maio. Apesar das dificuldades, disse o senador, a feira reflete o esforço dos produtores goianos no aperfeiçoamento da técnica e em ajudar o Brasil a sair da crise.

Para dar uma idéia da importância da Expo-Goiás, Iris Rezende destacou o volume estimado de negócios, totali-

zando R\$ 30 milhões, com 7 mil animais expostos e 25 leilões de elite. À frente do evento esteve a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, que Iris parabenizou na figura do seu presidente, Augusto Zacharias Gontijo.

A exposição também foi oportuna para que os produtores goianos fizessem suas reivindicações. Segundo Iris, eles exigem modificações profundas no setor tributário, que vem penalizando a produção bra-

sileira, reduzindo os impostos para competir em igualdade de condições com os alimentos importados.

Os agropecuaristas reivindicam a renegociação dos financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, para que o governo reveja os juros prefixados, estabelecendo taxas de fato justas e aplicáveis.



Iris apresentou as reivindicações dos produtores de Goiás